

O TERRITÓRIO, A CULTURA E AS IDENTIDADES: IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Claudete Robalos da Cruz
Gomercindo Ghiggi

RESUMO

No atual contexto em que vivenciando uma época de reconhecimento da existência da diversidade, sejam culturais, religiosas e étnicas, tem-se a “aceitação” da diferença e uma recuperação do cidadão. Tal conjuntura estimula a emergência de múltiplos territórios. Uma vez que, o componente territorial e cultural é central na constituição do modelo de cidadão, recuperar a cidadania é repensar o território, a cultura e a educação (SANTOS, 2002). A educação, sob tal perspectiva é chamada a trabalhar em torno da heterogeneidade, haja vista que, no palco da escola coexistem uma multiplicidade de culturas. A partir do convívio com as diferenças, é possível levar os estudantes à construção de pensamento próprio e de respeito à diversidade.

Palavras-chave: Lugar. Geografia. Educação.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o propósito de enfocar a influência da carga identitária na constituição da diversidade territorial, no contexto atual e suas implicações no ensino da geografia. Atualmente com o alcance dos meios de comunicação e de informação, as pessoas deparam-se no seu cotidiano com diferentes culturas. Tais mudanças contribuem para caracterizar a época atual como um período de reconhecimento das diversidades, sejam culturais, religiosas ou étnicas. Esse processo universal da sociedade humana, de afirmação dos seus direitos culturais, condiciona o significado atribuído ao *lugar*, e contribui para a constituição dos territórios. A educação, sob tal perspectiva, é chamada a trabalhar em torno da heterogeneidade, pois no palco da escola coexistem realidades diversas, e ela é que vai contribuir na formação do modelo cívico nacional. Que para Santos (2002, p.5) “o modelo cívico forma-se, entre outros, de dois componentes essenciais: a cultura e o território.” De acordo com Santos (2002, p.6) “é no território tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta.” O que implica “mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade (Santos, 2002, p.6).” Nesse sentido, é importante repensar o ensino da geografia, recuperar o sentido da cidadania, se trata, em última instância, de repensar o

modelo cívico-territorial do país. Para tanto, faz-se imprescindível pensar uma educação como *prática de liberdade*, preocupada com a formação do sujeito histórico, formação do cidadão crítico e não mero consumidor de objetos e idéias.

2 METODOLOGIA

O objetivo do presente artigo é refletir em torno da influência da carga identitária na constituição da diversidade territorial e suas implicações no ensino da geografia. Como procedimento metodológico, efetuou-se estudo de algumas das obras de autores, como Haesbaert, Milton Santos, Hall, Callai, Kaercher, Cavalcanti e Paulo Freire. Primeiramente as obras de Haesbaert e Milton Santos serviram de suporte para refletir em torno do conceito de território, territorialidade e multiterritorialidade. O estudo da obra *A identidade cultural na pós-modernidade* de Hall serviu para entender o processo de formação da identidade, e por fim as obras de Callai, Kaercher, Cavalcanti e Freire serviram como referencial para reflexão em torno do ensino de geografia.

3 DISCUSSÃO

Observa-se que antigamente o conceito de território se referia à concepção de poder, resultante de questões jurídico-político.¹ No entanto, atualmente pode-se destacar as questões simbólicas e culturais como elementos constituintes de territorialidades. Haesbaert (2005, p.2) salienta que “enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica.” Assim, é possível considerar a dimensão da cultura na constituição dos territórios, o que significa admitir que, o território nessa concepção ““desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”

¹ De acordo com Haesbaert (2005, p 6774) “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

(HAESBAERT, 2005, p.2). Nesse sentido, o lugar abarca as cargas identitárias, que influenciam na constituição das multiterritorialidades².

Hall, na obra “*A identidade cultural na pós-modernidade*”, define identidade como a dimensão humana composta pelas qualidades, crenças e idéias que fazem alguém se sentir ao mesmo tempo indivíduo e membro de um grupo particular. Hall (2003) distinguiu três concepções de identidades no decorrer dos tempos, a saber: as concepções de identidade do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo está baseado na concepção da pessoa como um indivíduo totalmente centrado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consiste num núcleo interior, que emerge pela primeira vez quando o sujeito nasce e com ele se desenvolve, ainda que, permanecendo, essencialmente, o mesmo. Nesse sentido, o centro essencial do eu é a identidade de uma pessoa.

O sujeito sociológico reflete a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito do Iluminismo não é autossuficiente, mas é formado na relação com os outros, que mediam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos (HALL, 2003). Assim, a identidade, na concepção sociológica clássica, é formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. De acordo com Hall (ibid, p.14),

a identidade, na concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a ‘nós próprios’ nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que, internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’ contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.

² Conforme Haesbaert (2005, p.6783) “Um dos primeiros cientistas sociais a falar de multi-pertencimento territorial e multiterritorialidade é o sociólogo francês Yves Barel. Ele parte de uma noção demasiado ampla de território, definido como o “não-social dentro do qual o social puro deve emergir para adquirir existência”.

No entanto, atualmente tem se observado que o sujeito sociológico tido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado e instável. O sujeito pós-moderno emerge conceituado como não tendo uma identidade fixa, estável. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2003).

Hall (ibid, p.6) afirma que

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu"

O sujeito pós-moderno, segundo HALL (ibid.), se configura dotado de diversas identidades (e não de uma única). O processo universal de autoafirmação dos grupos sociais é que condiciona a pluralidade de identidades, a presença de espaços privilegiados e o valor do lugar. Nesse sentido, o território local é o palco onde as identidades culturais se manifestam.

De acordo com Santos (2009, p.246),

no decorrer da história das civilizações, as regiões foram configurando-se por meio de processos orgânicos, expressos através da territorialidade absoluta de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à única presença desse grupo, sem outra mediação. A diferença entre áreas se devia a essa relação direta com o entorno. Podemos dizer que, então, a solidariedade característica da região ocorria, quase que exclusivamente, em função dos arranjos locais. Mas a velocidade das transformações mundiais deste século, aceleradas vertiginosamente no após-guerra, fizeram com que a configuração regional do passado desmoronasse.

Nos dias de hoje, diariamente somos chamados a incorporar diferentes jeitos de ser e agir; a mídia incentiva a aquisição de gostos, hábitos, roupas, músicas, objetos, constituindo a sociedade multicultural do nosso tempo. Ferrara (apud SANTOS 2002, p.48) salienta que atualmente “globaliza-se o território pela globalização do imaginário que crê que todos os lugares são territórios do mundo”. Presenciamos um processo de globalização do imaginário, onde se percebe a tentativa do mercado cultural em homogeneizar a vida cotidiana das pessoas em todos os lugares, independente das evidências históricas ou econômicas distintas.

Milton Santos (2009) caracteriza o tempo atual como período técnico-científico-informacional, que é marcado pela união entre conhecimento técnico e ciência, favorecendo o surgimento das economias-mundo e o alargamento dos contextos. O território e o lugar passaram a ser condicionados por interesses globais, em geral as grandes empresas é que ditam as normas do território e o valor do lugar. Assim, o mercado cultural incentiva a homogeneização dos gostos, costumes, tradições, línguas e formas de consumo. Conforme Mance (1994, p.6),

sob a cultura de massas ocorre um processo de individualização em que a subjetividade é modelada sob forte pressão da lógica do capital através de diversas linguagens especialmente difundidas através da mídia. Cada pessoa é instigada a sair da indiferença da multidão, a distinguir-se dos demais, a individuar-se, a não ser apenas mais um na massa amorfa, mas ser alguém especial, cultivar a sua individualidade, destacar-se dos demais. Tal diferenciamento, entretanto, deve se realizar conforme as referências estabelecidas pelas linguagens dominantes, pelos balizamentos propostos pelo sistema vigente através de seus inúmeros equipamentos e meios de modelizar a subjetividade.

A mídia se torna veículo de difusão da cultura de massa, *agigantando o cotidiano*, oferecendo o conhecimento de realidades mundiais em tempo-real, convergindo momentos e culturas.

Nesse sentido, Haesbaert (2002) afirma que atualmente a identidade étnica, principalmente no meio urbano, não é necessariamente marca de uma tipificação, mas a identidade social caracterizada por grupos de indivíduos que formam “tribos”, cuja identificação ocorre de forma particular e específica. Observa-se que antes do processo de identificação pela étnica está se sobrepondo no processo de reterritorialização da identidade social/cultural. Para Haesbaert (2002, p.39),

os territórios modernos por excelência, os do Estado-nação, são marcados por uma “comunidade imaginada” calcada na figura de um indivíduo nacional-universal, capaz de impor-se sobre as diversas “comunidades” baseadas na diferenciação étnica dos grupos sociais.

O território nacional reinventa-se na medida em que recebe carga identitária diversa da sua tradicional, isto é, ao mesmo tempo, que é desterritorializado da sua antiga identidade, é logo reterritorializado política e culturalmente por uma nova identidade. No entanto, Haesbaert acredita que “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”. (Haesbaert, 2005, p.3). Assim que, estes processos de (multi)territorialização

precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas e culturais em que se manifestam.

Nesse aspecto, embora, o conceito de território esteja geralmente associado à idéia de poder, tanto em referência ao poder público, estatal ou privado, nos dias de hoje as cargas identitárias e culturais ampliam o conceito. Haesbaert (2002) identificou três vertentes básicas em relação à noção de território, a saber: a vertente política, cultural e econômica..

A política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes - mas não exclusivamente - relacionado ao poder político do Estado. Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2007, p.40).

Hall (1986), na obra “*A Dimensão Oculta*”, oferece uma perspectiva cultural do território. Salienta que “o território é considerado como um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscreve” (GARCIA apud HAESBAERT, 2007, p.69).

Para Haesbaert (2002) o território é definido a partir dos processos sociais que ele está inserido. A construção da territorialidade é mediada pelas dimensões social, política e cultural da vida em sociedade. O mesmo autor define territorialidades múltiplas como o termo mais apropriado para indicar convivência e multiterritorialidade para dar conta da sobreposição de lógicas territoriais.

Assim, tal como o sujeito pós-moderno, o território se tornou dinâmico, porque o homem o torna variante, apresentando num determinado espaço distintas territorialidades, pois ao territorializar determinado espaço o sujeito pós-moderno empresta ao local sua identidade particular.

Milton Santos reafirma nessa passagem que o território é o espaço físico mais a identidade, mostrando a importância da organização social para a formação do território.

o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p 10).

Pode-se dizer que as condições que constroem as multiterritorialidades estão relacionadas com os significados que os grupos humanos emprestam a determinado lugar. A carga identitária contribui para construção de territórios e da consciência territorial.

De acordo com CRUZ (2008, p.78)³, “a territorialidade pode ser identificada tanto nas marcas simbólicas impressas na paisagem como no discurso dos sujeitos (...). Por intermédio do discurso dos sujeitos é possível identificar as especificidades culturais presentes no território, assim como os significados atribuídos ao lugar. Como afirma Shotter & Gergen (apud SIGNORINI,1998, p.306) “as pessoas têm suas identidades construídas de acordo com o modo através do qual se vinculam a um discurso - no seu próprio e nos discursos dos outros”.

No entanto, ao mesmo tempo em que a globalização da economia constituiu a sociedade multicultural, as identidades também conservam espaços singulares. Afirma Santos (2002, p.232):

ao mesmo tempo, parcelas significativas do espaço geográfico, situadas sobretudo nas cidades (especialmente as grandes cidades dos países subdesenvolvidos), escapam aos rigores das normas rígidas. Velhos objetos e ações menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas e mais frequentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção e o intercâmbio entre os homens é criador de cultura e de recursos econômicos.

O território nacional reinventa-se na medida em que recebe carga identitária diversa da sua tradicional, isto é, ao mesmo tempo, que é desterritorializado da sua antiga identidade, é logo reterritorializado política e culturalmente por uma nova identidade. De acordo com Santos (2002, p.61) “a cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos”. Pois, a cultura é resultado do processo de viver, das relações sociais, assim como a territorialidade é resultado do processo de ocupação do espaço, das relações estabelecidas entre o homem e o seu meio.

³ Constatou-se, durante pesquisa de Mestrado, que a territorialidade no parque Itaimbé é caracterizada pelas identidades existentes (Cruz, 2008). Duas foram visivelmente notadas os integrantes do Grupo Tradicionalista Gaúcho e os praticantes de *Parkour*. Tais identidades contribuem na configuração de multiterritorialidades.

Santos (2002, p.61) considera que a desterritorialização “é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização.” Nesse sentido, o autor está valorizando a cultura local diante da propagação da cultura de massa. Uma vez que, a cultura de massa se caracteriza pela propagação de modos de vida que, não raro, é indiferente ao espaço e a cultura local. Como afirma Santos (2002, p.62) “muitas das coisas que somos levados a fazer dentro de uma região são suscitadas por demandas externas e governadas por fatores cuja sede é longínqua”. Decorrente a atuação das organizações mundiais, ocorre esse processo de adoção de valores e hábitos que descaracterizam a cultura local, daí porque os processos de desterritorialização são também processos de desculturização.

Diante dessa tendência homogeneizadora da cultura de massa, é importante no espaço escolar, valorizar o saber local e a cultura popular. Nossa país é marcado por uma riqueza cultural que devem ser respeitadas nas suas especificidades, pois cada grupo social se identifica por sua cultura, suas tradições e valores. Sob tal perspectiva a educação para a diversidade implica o respeito às identidades e a multiculturalidade. A escola é um espaço de socialização e de inclusão cultural. Socialização e de inclusão, princípios integrados aos conteúdos de cada disciplina, ganham impulso e podem incentivar o conhecimento e respeito pelas diversas culturas. Kaercher (2004, p. 70) salienta que, “A Geografia tem escrito muito na perspectiva econômica. O poder político pouco está contemplado normalmente e a dimensão cultural é raramente trabalhada. A escola tem o desafio de ler e escrever mais na perspectiva do diálogo entre as diferentes áreas”.

Ademais, as diferenças entre grupos étnicos, religiosos, de gênero, etc. na sala de aula podem oportunizar modos de interação e problematização das especificidades culturais. O professor, neste contexto, não deve agir no intuito de eliminar as diferenças em favor de uma suposta igualdade dos educandos. Antes, deve estar atento à singularidade das vozes que compõem a turma, promovendo a exposição das ideias e problematizando-as, provocando posições críticas e dialógicas, valorizando a cultura e o espaço do outro. Nesse sentido, o ensino de geografia ir além da mera transmissão de saberes, seu objetivo não deve ser a descrição da realidade, a memorização dos nomes dos rios, regiões, países. Conforme, Castrogiovanni (2007, p. 42) “nesta primeira década do século XXI, a geografia, mais do que nunca, coloca seres humanos no centro das preocupações, por isso pode ser considerada também como uma reflexão sobre a ação humana em todas as suas dimensões.”

Sendo assim, importante que o ensino da geografia tome como ponto de partida o lugar, em que o cotidiano dos estudantes seja objeto de estudo. Tal atitude pedagógica contribuiu para transformar a *curiosidade ingênua* decorrente do senso comum, em *curiosidade epistemológica*⁴, em conhecimento sistematizado. Para tanto, o diálogo deve permear a relação professor e aluno. O aluno diferente da concepção bancária de educação, que o concebe como um ser que nada sabe, a perspectiva crítica, ao contrário, concebe-o como sujeito histórico, social e geográfico, ou seja, é dotado de história, de experiências sociais e geográficas importante e que devem ser consideradas no processo de ensino e aprendizagem, pois, como afirma Freire (2002, p.22) “*a leitura do mundo precede a leitura da palavra*”, assim que o cotidiano, as experiências são elementos essenciais para os estudantes aprenderem a dizer a sua palavra.

Ler o mundo, na perspectiva geográfica, implica compreender as diferentes formas de espacialidade, os modos de vida, os motivos subjacentes à significação e apropriação do território.

Para Callai (2005, p. 228)

uma forma de fazer a leitura do mundo é por meio da leitura do espaço, o qual traz em si todas as marcas da vida dos homens. Desse modo, ler o mundo vai muito além da leitura cartográfica, cujas representações refletem as realidades territoriais, por vezes distorcidas por conta das projeções cartográficas adotadas. Fazer a leitura do mundo não é fazer uma leitura apenas do mapa, ou pelo mapa, embora ele seja muito importante. É fazer a leitura do mundo da vida, construído cotidianamente e que expressa tanto as nossas utopias, como os limites que nos são postos, sejam eles do âmbito da natureza, sejam do âmbito da sociedade (culturais, políticos, econômicos).

Nesta perspectiva crítica e construtivista, ensinar geografia implica conceber o aluno como sujeito ativo e não como objeto de conhecimento, o professor não é como o detentor da verdade, mas aquele que *aprende ao ensinar*. De acordo com Cavalcanti (2005, p.198)

⁴ “A criação do termo *curiosidade epistemológica* traduz, em síntese, o entendimento de Paulo Freire acerca da necessária postura para que o ato de conhecer se efetive numa perspectiva crítica. A *curiosidade epistemológica* não é qualquer curiosidade, mas é a que está ligada ao difícil, mas prazeroso, ato de estudar. É própria da *consciência crítica* e se desenvolve no processo de *conscientização*. A promoção da *curiosidade ingênua* à *curiosidade epistemológica* requer o desenvolvimento da *rigorosidade metódica* e representa um desafio à formação com educadores/as.” (FREITAS in STRECK, 2010, p.108)

o aluno é o sujeito ativo de seu processo de formação e de desenvolvimento intelectual, afetivo e social; o professor tem o papel de mediador do processo de formação do aluno; a mediação própria do trabalho do professor é a de fornecer/propiciar a interação (encontro/confronto) entre o sujeito (aluno) e o seu objeto de conhecimento (conteúdo escolar). Nessa mediação, o saber do aluno é a dimensão importante do seu processo de conhecimento (processo de ensino-aprendizagem).

Notando que o professor tem que lidar com as diversidades encontradas, que é um aspecto muito importante a se considerar no ensino de geografia. Conforme Cavalcanti (2005, p.199)

a prática de ensino de Geografia que tem a intenção de contemplar a diversidade nas escolas [...] precisam considerar seus alunos no conjunto da humanidade, não perdendo de vista, portanto, traços universais a serem preservados e/ou construídos/reconstruídos, por outro, é preciso considerar a diversidade presente espaço escolar, contextualizando-a, especificando-a no lugar, afinal, as diversidades não são todas iguais, os lugares fazem com que as experiências dessas diversidades também sejam diferentes.

Essas diversidades podem oferecer no espaço da sala de aula, importante momento de aprendizagem, de trocas de experiências, do exercício da tolerância e do respeito em torno das diferenças, sejam elas culturais, étnicas, de gênero ou experiências espaciais.

Para o verdadeiro exercício da cidadania faz-se necessário os sujeitos reconhecerem-se enquanto sujeitos sociais e compreenderem seu papel na sociedade, para tanto, é necessário um ensino de perspectiva dialógica e emancipatória.

No entanto, para se efetivar um ensino de cunho emancipatório, de acordo com Callai (2005, p.231) “clareza teórico-metodológica é fundamental para que o professor possa contextualizar os seus saberes, os dos seus alunos, e os de todo o mundo à sua volta”. O ensino na perspectiva dialógica e emancipatória é muito mais uma opção político – pedagógica do que meramente metodológica. Nisso, Freire (2002, p.118) destacava que “o diálogo não pode converter-se num “bate-papo” desobrigado que marche ao gosto do acaso entre professor ou professora e educandos”, o diálogo não é apenas uma estratégia metodológica, mas é a essência da educação emancipatória. De modo que, para Freire (2002, p.119) “o mal, na verdade, não está na aula expositiva, na explicação que o professor ou professora faz.” O mal está naquele tipo de relação educador e educando, em que “o educador se considera o exclusivo educador do educando”. A opção político e pedagógica do professor é que condiciona a relação professor e estudante. A perspectiva

crítica baseia-se numa relação dialógica e comprometida com a realização da humanidade do homem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente vivemos num mundo configurado por multiplicidades e pluralidades, multicultural, multiterritorial, multinacional. A sociedade multicultural se caracteriza pela emergência da diversidade de identidades, culturas e gostos. Nessa perspectiva, o território não está alheio às ocorrências de ordem social, cultural e política. O território registra na sua materialidade as mudanças de nosso tempo. Hoje, “cada lugar é, assim, a cada instante, objeto de um processo de desvalorização e revalorização, onde as exigências de natureza global tem papel fundamental” (SANTOS, *ibid.*, p. 225).

Diante dessa realidade, a fim de evitar a homogeneização de modos de vida, e para não reforçar a fé de que esse mundo é o único possível, torna-se indispensável à inclusão de estudos acerca da diversidade no ambiente escolar. Nossa país é marcado pela diversidade étnica e cultural, incorporar tais especificidades culturais no currículo é fundamental para evitar preconceitos e a criação de estereótipos, tornando a escola um espaço de trocas e enriquecimento mútuo. Evitando o que Santos, 2009, p.224 apud Agnes Heller, alerta que, na "sociedade moderna, os tipos de ação racional preocupada com os fins 'devoram' completamente os tipos de ação racional preocupada com o valor". As identidades, assim como os territórios e as distintas culturas devem ser analisados e compreendidos em suas singularidades e como elementos de ensino e aprendizagem. Assim que, o território, a cultura e a identidade devem ser ponto de partida para a reconstrução das teorias e práticas pedagógicas e geográficas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLAI, Helena Copetti. “Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental”. **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. “Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de vygotsky ao ensino de geografia”. **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago. 2005.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. “Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na pós-modernidade”. IN: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André. **Geografia**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Claudete Robalos da. **Percepção e Territorialidade no Parque Itaimbé de Santa Maria/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSM. Santa Maria, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 43^a Ed, 2010.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 8^a Ed. São Paulo: Paz e terra, 2002.

_____. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 5^a Ed, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. . 7^a ed. Rio de Janeiro: DP &A. 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3^a ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. “Da Desterritorialização à Multiterritorialidade”. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo. 20 a 26 de março de 2005.

MANCE, Euclides André. **Subjetividade, Imaginários e Utopias**. In Semana Social da CNBB. Curitiba, maio de 1994.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. 3^a Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**.17^a ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

_____. **Território, territórios: Ensaios sobre o ordenamento territorial**. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4^a ed., São Paulo: USP, 2009.

STRECK, Danilo; Euclides Redin, Jaime Zitkoski (org). **Dicionário Paulo Freire**. 2^a ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1998.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Global, 2004.

TUAN, Yi –Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1974.